Quarta-feira, 17 de Julho de 2013 I Série A — Número 16

DIÁRIO
da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014) 6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 16 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.mo Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex.mo Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 15 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente auscultou os responsáveis do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para se inteirar melhor sobre o requerimento colocado no Ministério Público pelo Movimento da Sociedade Civil, no qual se referiam à desflorestação que ocorre no âmbito do acordo do contrato entre São Tomé e Príncipe e AGRIPALMA. Neste encontro, para além das intervenções dos Srs. Carlos Pires dos Santos (Coordenador-geral da Agricultura e Pescas), António Augusto Lima (Engenheiro Cartógrafo do Ministério da Agricultura), José Alice (Membro da Equipa Técnica de Prospecção dos Trabalhos da AGRIPALMA), Victor Bonfim (Técnico da Direcção Geral do Ambiente), e Aurélio Rita (Director do Parque Obô), registou-se também as intervenções dos Srs. Deputados Adllander Matos (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI) e Roberto Lombá (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Hélder Paquete Lima
Roberto Lombá
Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Jorge Amado
Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Albertino Homem dos Santos Sequeira **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos nessa audiência parlamentar, ouvindo os responsáveis do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, de modo que possamos esclarecer alguns aspectos do requerimento colocado no Ministério Público por um grupo de cidadãos, denominado Movimento da Sociedade Civil, no qual se referem à desflorestação que ocorre no âmbito do acordo do contrato entre São Tomé e Príncipe e a AGRIPALMA, pedindo dentre outras coisas a suspensão imediata de todo o trabalho de desflorestação. Eu posso ler para a vossa elucidação.

«1.A suspensão imediata de todos os trabalhos de desflorestação levados ao cabo pela Sociedade AGRIPALMA Lda. na zona Sul do País;

2. A suspensão dos contractos de concessão e de investimentos celebrados entre o Estado e a Sociedade AGRIPALMA Lda.;

3. O comprimento de todas as normas legais e regulamentadas, nomeadamente a pré-avaliação do processo de consulta pública, avaliação criteriosa do impacto ambiental e socioeconómico, o licenciamento ambiental, inspecção e a monitorização das obras;

4. Submissão do estudo de impacto ambiental para efeito do parecer técnico a ser emitido por um especialista de comprovada competência na matéria;».

5. Que sejam aplicadas as multas previstas na legislação ambiental por conta das graves infracções cometidas;

6. Que seja requerida uma inspecção judicial a toda a área afectada.»

Perante o impacto que esse caso começou a ter a nível da nossa sociedade, a Assembleia Nacional, a quem cabe fiscalizar acção do Governo, através da 4.ª Comissão Especializada Permanente, que é a Comissão das Obras Públicas, Infra-estruturas e Meio Ambiente, resolveu proceder abertura de uma audição parlamentar aos vários intervenientes neste processo. Por isso, há cerca de duas semanas, ouvimos aqui o Movimento da Sociedade Civil, através de quatro dos seus representantes, dentre as quais, a Dra. Celisa Deus Lima. Foi uma audição muito profunda e muito alargada, na medida em que tivemos a ouvir com detalhes o que são as pretensões, os argumentos e as motivações desse Movimento da Sociedade Civil.

Tratando-se de um processo que envolve duas partes e que implica a intervenção de várias individualidades, depois fizemos uma visita ao terreno, de modo a apreciar o tal processo de devastação a que se referem os membros de Movimento da Sociedade Civil. Fomos a Ribeira Peixe, Alto D' Ouro, em Porta Alegre, e vimos que de facto há uma zona muito aberta, mas fomos para averiguar e ouvir. Tivemos a presença de alguns dos senhores que estão aqui presentes, mas foi uma conversa que não ficou registada e, nas audições, os intervenientes têm todo o direito de exigir essa gravação, porque ela irá servir, no caso de eventual desconcerto nas intervenções ou no aproveitamento das intervenções, a parte interessada poderá reclamar com base nessa gravação. Por isso, queria dizer-vos que esta sessão está a ser gravada neste momento e poderão comprovar tudo o que disserem depois através dessa mesma gravação.

Quando visitamos os terrenos que estão concessionados para a AGRIPALMA, como disse, ouvimos alguns dos técnicos aqui presente, como sabem há um contrato de concessão assinado entre o Governo de São Tomé e Príncipe e a Sociedade AGRIPALMA Lda. Nós temos esse contrato, já tivemos que o estudar também.

O que queríamos saber dos senhores é se de facto a acção que está a ser levado a cabo pela AGRIPALMA viola os termos desta concessão que vem abrigada no contrato ou haverá exagero por parte do Movimento da Sociedade Civil. Será que de facto os pontos aqui assinalados, e são várias as infracções e irregularidades que estão aqui anunciadas, correspondem à verdade?

De todo esse trabalho a 4.ª Comissão tem que fazer o relatório dessa audição parlamentar que será enviada à Mesa da Assembleia Nacional, para efeito de contactos com o Governo. É por isso que gostaria de os ouvir. Primeiro, que se apresentassem aqui ao auditório, de acordo com a especialidade e as responsabilidades de cada um e que cada um pudesse dizer da sua justiça face ao problema levantado pelo requerimento do Movimento da Sociedade Civil.

Pedi que se apresentassem, mas eu não me apresentei. Claro é que sou Albertino Bragança, Presidente da 4.ª Comissão Especializada Permanente; aquele é o Sr. Deputado Adllander Matos, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Os outros membros da Comissão estão no Parlamento, porque os Deputados podem pertencer a duas comissões. Estão nas outras Comissões, mas o Sr. Deputado Marçal Lima vem daqui a bocado, o Sr. Deputado Lombá esteve cá, o Sr. Deputado Jorge Amado, como sabem, é o Presidente do MLSTP/PSD, é um dos Deputados da 4.ª Comissão, e temos também os Deputados do ADI que não estão aqui presentes, com excepção do Sr. Deputado Lombá, mas tratando de uma sessão gravada podemos avançar, porque depois os membros irão ouvir mais tarde ou irão ser submetidos à audição destas intervenções. Por isso, deixo a ordem da intervenção à vossa escolha.

Temos que saber se de facto o contrato celebrado entre as duas partes está a ser ou não violado. Nós estivemos lá, vimos e temos as nossas constatações e depois disso vamos debater entre nós os Deputados, de modo a facilitar a elaboração do relatório final.

Passo a palavra aos senhores, mas antes de falarem terão que carregar no botão e acender a luz vermelha. Como disse, deixo a ordem à vossa escolha.

Tem a palavra o Sr. Carlos Pires dos Santos.

O Sr. **Carlos Pires dos Santos** (Coordenador-geral da Agricultura e Pescas): — Sr. Presidente, chamo-me Carlos Pires dos Santos, mais conhecido por Carlos Pascoal, exerço a função no Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, como Coordenador-geral de Agricultura e Pescas.

Antes de tecer algumas considerações preliminares, gostaria primeiro de agradecer o Presidente da 4.ª Comissão e os Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — O senhor disse que é Coordenador-geral?

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Coordenador-geral de Agricultura e Pescas.

Em termos de algumas considerações relativamente à questão em causa, primeiro acho que houve exagero nas informações prestadas por esse grupo de cidadãos nacionais. Quando li os jornais, ouvi a rádio e assisti a televisão, apercebi-me que alguma coisa de errado estava contida nas palavras ditas por esse grupo. Por outro lado, acho que o grupo está desprovido de alguns conhecimentos da nossa história agrícola e da realidade do Distrito de Cauê. Estamos a falar de um Distrito mais pobre do País, que no passado tinha duas ou três empresas e nos tempos que correm, elas desapareceram todas. Estamos a falar de um Distrito onde não existem infra-estruturas, quer em termos económicas quer sociais. Ou seja, trata-se de um Distrito com uma área de cerca de 26 700 hectares, onde existe uma actividade empresarial. Portanto, o desemprego é crónico, há um êxodo rural para os centros urbanos, concretamente para a cidade capital.

O Ministério da Agricultura entende, e está expresso na carta de política agrícola, que temos que tudo fazer para que as pessoas que habitam nesses centros urbanos possam retornar aos seus pontos de origem. É uma questão.

O projecto AGRIPALMA não surge por acaso, insere-se no quadro de uma política agrícola que o Ministério da Agricultura pretende levar a cabo. Estamos a falar de dois aspectos fundamentais. Por um lado, pretendemos alargar a base produtiva em termos de exportação e, por outro lado, estamos a falar de garantir a segurança alimentar e nutricional ao povo de São Tomé e Príncipe. São dois conceitos básicos e temos que ter a noção exacta do que é que estamos a falar. Por um lado, pretendemos alargar a base produtiva para a exportação, só para dizer que este país depende única e exclusivamente do cacau.

Nós estamos a produzir 2 000 toneladas de cacau e neste preciso momento o País só vende 2 000 toneladas de cacau. E é um país que depende fortemente do exterior em termos de importação. Os impactos dos preços importados sobre a procura interna são imensos. Portanto, estamos a falar de coisas muito sérias, estamos a falar de um país que tem problema estrutural que é a insularidade. O nosso isolamento geográfico faz com que os nossos custos não sejam competitivos. Estamos a falar de distâncias para os mercados ou as fontes para os desenvolvimentos e as quantidades transportadas são muito pequenas, os preços de transportes aéreos e marítimos são altíssimos. Como se isso não bastasse, temos problema das quantidades transportadas, ou seja, um problema de economia de escala. Temos outro problema, o nosso mercado interno é muito pequeno e condiciona sobremaneira as produções em grande escala, em termos de produção alimentar.

Estamos a falar de óleo de palma, que é um dos alimentos básico do povo de São Tomé e Príncipe. Para a nossa alimentação, para além da banana e do peixe voador, temos azeite da palma e este país importa muito óleo alimentar, em detrimento da produção local. Bom, são conceitos básicos e temos que ter a noção exacta do que estamos a falar e com muita calma iremos dar alguns indicadores para se perceber, com rigor, o que estamos a discutir.

Estamos a falar de um contrato que foi celebrado entre o Governo de São Tomé e Príncipe e a AGRIPALMA, do qual o Governo tem uma quota de 12% e as restantes para a sociedade AGRIPALMA. Nós estamos a falar de um

contrato de 5 000 hectares e não podemos nos esquecer de que estamos a falar de área bruta. Portanto, se formos ver o plano de investimento, são 3, 500 mais 1,500 hectares dos pequenos e médios agricultores, que perfaz um total de 5000 hectares, mas no contrato de concessão fala-se em 4, 917 000 hectares, que é a área bruta. Nessa área existe 3000 hectares que neste momento vão ser utilizados em termos reais. Nós não estamos a falar de 5000 hectares, mas sim de 3000 hectares que é a área útil e mil e tal hectares que ainda não temos. Ou seja, neste preciso momento, o contrato cinge-se apenas a 3000 hectares de terreno, onde vamos fazer desflorestação.

Num distrito que tem 26,6 000 hectares, com uma densidade populacional de aproximadamente de 2000 hectares por cada habitante ou seja, uma área de quase duas pessoas, por um lado.

Por outro lado, temos que entender que temos ali ao lado o Parque Natural Obô, que tem uma coisa muito importante que são as aves endémicas e elas podem sobrevoar a zona do Parque Obô, que está mesmo ali ao pé.

Quando se diz que estamos a devastar uma área virgem, que é a área chamada de Parque Natural Obô, em momento algum, voltamos a frisar, o projecto AGRIPALMA entrou naquela área, porque é uma área interdita. Quando se fala em 200 hectares, é o próprio estudo do impacto ambiental que adverte as autoridades que a área que foi delimitada é uma área proibida e não podemos nos esquecer que estamos a falar de uma área em que a sua fotografia é via satélite e provavelmente é passível de erros. Só para dizer, e o Sr. Director do Parque Obô poderá corrigir-me, as zonas mais próximas do Parque Obô são Monte Carmo, onde existem aquele habitat de aves endémicas, e Ermelinda.

Portanto, estivemos lá e fomos verificar isso. Houve uma comissão *ad hoc* que foi criada precisamente com o propósito de lá ir e verificar no terreno, confrontar com as informações proveniente do tal grupo de cidadãos e verificamos que em nenhum momento o projecto entrou no Parque Obô. Estamos a falar em dois pontos mais próximos, nomeadamente Monte Carmo e Ermelinda, para ficar bem claro.

Outra questão, o projecto AGRIPALMA está a desbravar as zonas que no passado foram cultivadas, estamos a falar da Empresa Ribeira Peixe e Porto Alegre. São duas empresas em que se produzia cacau, copra, coconote e café, fundamentalmente essas quatros culturas. Pelo facto de essas áreas terem sido abandonadas durante muitos anos, a floresta fechou, ou seja, são áreas de florestas secundárias e o projecto está a ser implantado precisamente nas zonas chamadas zona tampão. No fundo o que é? São as antigas dependências agro-pecuárias, as tais unidades económicas das empresas Porta Alegre e Ribeira Peixe. São nessas áreas que se está a fazer a devastação e vamos lá implantar as palmeiras.

Outra informação interessante é que estamos a falar de uma área que chove cerca de 6 000 milímetros de água por ano, isso é muita água. Temos que ver que cultura se vai adaptar naquela zona, em termos de rentabilidade económica, e a palmeira é uma cultura que se adapta perfeitamente bem naquela zona. A nossa história diz-nos que naquela zona sempre se cultivou coqueiros e palmeiras, e a estarem abandonadas por muitos anos estão envelhecidas, têm que ser renovadas. Para tal temos que conquistar áreas e essas áreas estão fechadas com florestas secundárias e é nelas que se estão a fazer a implantação de palmeiras novas. É uma opção.

Em 1913 este país produzia cerca de 36, 5 000 toneladas, foi o primeiro produtor de cacau…

O Sr. **Presidente**: — É no ano de 1913 ou 1919?

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Segundo os documentos que tenho, foi em 1913. Só sei que em 1950 houve um declínio progressivo e atingimos em média 7000 ou 8000 e nos nossos tempos estamos a produzir cerca de 2000 toneladas de cacau. Estamos numa queda regressiva e perigosa. Portanto, isso por si só diz que estamos no bom caminho. Agora, naturalmente nem tudo está bem feito e achamos que a sociedade civil organizada é interessante para o Ministério da Agricultura.

Se de facto trabalharmos em parceria, é extremamente interessante. Estamos a falar de um país pequeno, em que depois do programa de distribuição de terras fez-se cortes desordenadas e anárquicas de árvores de grande valor comercial. Como se isso não bastasse, neste momento estamos a cortar até as árvores de sombra como eritrineiras. Este é um crime ambiental!

É aí que nós achamos que este grupo se enquadra perfeitamente bem, mas não concordamos com a sua forma de proceder. Existe o Ministério da Agricultura e do Ambiente, e acho que esses dois Ministérios deveriam ter sido chamados, no mínimo, para serem ouvidos, mas isso não aconteceu, o que eu lamento sinceramente.

Em termos muito gerais, é o que tinha a dizer, mas mais tarde poderei pedir para falar um pouco mais.

O Sr. **Presidente**: — Não sei quem é o próximo orador.

Tem a palavra o Sr. António Lima.

O Sr. **António Augusto Lima** (Engenheiro Cartógrafo do Ministério da Agricultura): — Sr. Presidente, dando sequência à intervenção do Sr. Coordenador-geral, posso adiantar que, no âmbito do contrato de concessão com a AGRIPALMA, o Ministério tem concedido terras, áreas brutas, a volta de 5000 hectares. Essas concessões são precedidas de uma análise concreta do plano físico nacional, existente em São Tomé já há vários anos, dentro do plano de ordenamento territorial, que nos dá informações das áreas vocacionadas para a agricultura, áreas para as zonas urbanas, áreas turísticas, áreas florestais, a chamada área do Parque Obô. Nós baseamos no plano físico nacional e na carta das potencialidades agrícolas para delimitar os ares possíveis e potencialmente bons para a agricultura.

Conforme falou aqui o Sr. Coordenador-geral, de acordo com a nossa história agrícola, essas áreas concedidas à AGRIPALMA vão ao encontro das antigas áreas cultivadas na época colonial. As áreas de Ribeira Peixe e Porto Alegre são dedicadas a coqueiros, palmeiras e alguns cacauzais. Portanto, são áreas que actualmente são consideradas zona tampão no mapa do Parque Obô, áreas que outrora sempre foram cultivadas. Devido ao abandono da agricultura durante décadas, 30, 40 ou 50 anos, algumas dessas áreas regeneraram-se em florestas secundárias, com árvores de crescimento rápido, sem valor comercial, por exemplo eritrineiras, gofi, pau caixão, algumas acácias, fruteiras, coqueiros. Portanto, são áreas que estão a ser devastadas e muitas delas não têm árvores de valor comercial. Vê-se um espaço físico todo encapoeirado e que no meio vê-se alguns coqueiros, palmeiras, cacaueiros abandonados e nada mais. Portanto, para confirmar aquilo que o Sr. Coordenador disse, nunca entramos na área do Parque Obô.

Essas áreas concedidas são por volta de 5000 hectares, conforme disse o Sr. Coordenador, área bruta, das quais a utilizável possivelmente será por volta de 3000 hectares, porque dessas áreas tem-se que retirar os 30 a 40 metros de margens ao longo de rios e riachos, estradas, áreas pedregosas, áreas pantanosas e de mangais, áreas de concentração ou de povoado, ou seja, áreas de povoação e das antigas dependências, áreas de lazer, áreas de expansão urbana, digamos, à volta das antigas dependências. Portanto, tudo isso faz com que dos 5000 hectares, quase 2000 hectares não entram na conta de exploração da empresa.

É por isso que se fala actualmente em 3000 hectares utilizáveis, que têm que estar nas zonas pouco declivosas, ou seja, zonas planas. Tudo que é zona declivosa, as que vulgarmente chamamos *blogodô*, grotas e todas aquelas áreas que atrás mencionei são áreas que ficam fora da área plantada e são retiradas. Por isso, é que chamamos área bruta e a área plantada é por volta de 3000 hectares. Também dentro desse espaço não inclui o domínio público marítimo.

Portanto, aquela área de concessão que se aproximam do litoral normalmente não é incluída no domínio público marítimo. São áreas que são concedidas, previamente analisadas no gabinete, dentro do plano físico nacional, dentro das cartas das potencialidades agrícolas e com o historial agrícola do País. Portanto, nesse aspecto acho que não há grandes disparidades. De momento é tudo que tenho a dizer, posso mais tarde dar mais alguma informação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. José Alice.

O Sr. **José Alice** (Membro da Equipa Técnica de Prospecção dos Trabalhos da AGRIPALMA): — Sr. Presidente, neste momento faço parte da equipa técnica de prospecção dos trabalhos de AGRIPALMA. Quero dizer que, no começo do projecto exercia as funções de Director do Gabinete de Reforma Fundiária e acompanhei de perto todos os trabalhos de iniciação do projecto com a supervisão directa do Sr. Ministro de Agricultura Pesca e desenvolvimento Rural, José Luís Xavier Mendes.

Para dizer que foi um trabalho de muita glória que fizemos para que o projecto tivesse todo o arranque que teve em São Tomé e Príncipe, para além de ser um projecto que deveria também não só produzir o que tinha que produzir, mas sim resolver grandes problemas das nossas populações, particularmente do sul em termos de emprego.

Dizer que sinceramente, de maneira alguma concordo com as disposições do Movimento da Sociedade Civil, concordo que esse movimento deva existir, é evidente, deve fazer o seu trabalho. Mas na proposta lançada de suspensão, onde diz «a suspensão das actividades desmatação», não partilho essa opinião. E quanto mais grave ainda, quando fala da suspensão do contrato de suspensão com AGRIPALMA. Isso para mim é muito grave, eu entendo, sou nacional, falo como técnico do Ministério, mas também falo como um cidadão do sul de São Tomé. Nasci em Angolares, conheço aquele povo de perto, sei quanto esse povo sofre e quanto sofreu e sei também o pouco, não digo muito daquilo que devemos fazer para que essa zona sul se transforme e mude o rosto.

Porque sinceramente, indo agora para o sul a gente vê no rosto das populações algum sinal de mudança de alteração e de alegria. Porque vê-se que há poder de negócios e as pessoas já conseguem comprar e vender. Sinceramente, no início do projecto, durante as visitas de prospecção, via-se que logo de início, enquanto o pessoal iam trabalhar já havia senhoras a fazer pequenos negócios, traz um almoço, panelas de comidas, já havia aquele movimento e via-se que as coisas estavam a crescer.

E sinto até hoje uma alegria muito grande de ver o projecto a caminhar. Agora, o que eu quero dizer aqui em relação ao Movimento Civil, é bom que ele exista, que ele venha para nos ajudar, porque na materialização do próprio projecto. Não conseguiremos que as coisas vão a 100% como a gente deseja, há sempre desvios. Na desmatação, na organização, nas relações sociais dentro da empresa. Os Srs. Deputados estiveram lá, assistiram com preocupação as demandas dos trabalhadores, até os problemas internos que não deviam ser exposto a 4.ª Comissão, foram expostos.

Bom é assim, é o sinal que povo sente que a sua situação não está totalmente regularizada. Esse movimento deveria em primeiro lugar ouvir as partes intervenientes, o Ministério de Agricultura, Parque Obô, se bem que a parte Obô também faz parte desse Ministério, a Direcção-geral do Ambiente, antes de decidirem pelo ataque directo, como se diz.

Por isso, como parte integrante da comissão de prospecção, dizer que em momento algum durante esse andar nessa mata toda, em momento algum nós tentamos tirar sequer parte do terreno do Parque Obô, em momento algum AGRIPALMA entrou no Parque Obô.

Para dizer também que em Dona Eugénia, há uma zona agricultável, aplanada, propensa, naquela altura era de cacau, hoje é uma zona muito boa para cultivo, mas a Direcção do Ambiente, do Parque Obô, porque há lá nichos de aves, pediu numa concentração directa com o Ministério, que reservássemos aquela área e que ela não devia ser utilizadas. E reservámo-la! Tem lá os 101 hectares reservados, numa zona agricultável e cumprimos isso. Para dizer que o Ministério está disponível em colaborar, mesmo com o Movimento Civil.

Gostaríamos que o Movimento Civil acompanhasse de perto os nossos trabalhos para que evitassem que se propalasse coisas aqui para o ar. Hoje em dia é muito fácil fazer a divulgação disso pelo mundo fora. Eu vou dizer aqui sinceramente, recebi um telefonema de um parente em Portugal a dizer que: «AGRIPALMA tem usado um herbicida que não devia ser usado em São Tomé». Sinceramente, estranhou-me. E eu disse: «Meu amigo a AGRIPALMA tem nesse momento 800 e qualquer coisa, não sei se são 44 trabalhadores, nesse momento.

A maior parte de mão-de-obra de AGRIPALMA está na capinação». Não é correcto dizerem lá fora que a AGRIPALMA em vez de capinar a área está usar herbicida, para um país verde onde a densidade pluviométrica é excessiva para a zona sul é inconcebível. Eu disse: «Meu amigo esqueça isso, essa é uma falsa questão que o meu amigo está a trazer». Mas em todo o caso, vamos acompanhar de perto os trabalhos, como temos acompanhando e saber o quê que podemos fazer em relação a essa questão. Para dizer que não existe, não usam herbicidas nenhum, eles é que capinam correctamente as parcelas.

Para dizer que na minha opinião pessoal como técnico, é dizer que em momento algum devíamos suspender, tanto a desmatação, nem tão pouco o contrato de concessão. Porque acho isso gravíssimo, porque não sabemos como a outra parte poderá lidar com essa questão. Porque no fundo, esses movimentos quando aparecem é preciso ter muito cuidado, fazer o nosso trabalho com maior perfeição possível, com muito cuidado porque está em jogo muita coisa. Não está em jogo só o próprio projecto, se analisarmos no fundo, está em jogo muita coisa.

Muito obrigado poderei dar a minha contribuição se necessário mais além.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Victor Bonfim.

O Sr. **Victor Bonfim** (Técnico da Direcção-geral do Ambiente): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pela ocasião de poder exprimir neste fórum.

Eu chamo-me Victor Bonfim, represento o Ministério das Obras Públicas, Infra-estrutura, Recursos Naturais e Meio Ambiente, portanto, da Direcção-geral do Ambiente.

Eu gostaria de voltar a perguntar que foi colocada no início, pelo Sr. Presidente da Comissão: Em que medida as acções de AGRIPALMA extravasam as cláusulas do contrato?

Eu queria dizer que o Governo assinou em 2009 este contrato com uma Empresa Belga, juntamente com essa Empresa o Governo constitui uma sociedade chamada AGRIPALMA, certamente é uma sociedade mista. Desde aquela altura já havia algumas preocupações em relação a questão ambiental. De facto, o projecto incide-se principalmente na zona sul da ilha de São Tomé e também havia uma parte que estava prevista para a Ilha do Príncipe que acabou por não acontecer.

Uma das condições do contrato, era que a Empresa na sua qualidade de promotora apresentasse um estudo de impacto ambiental. Isso é uma das condições principais, porque o tipo de projecto enquadra-se dentro do perfil de projectos que são obrigados a apresentar um estudo de impacto ambiental. Esse estudo é feito pela própria Empresa, e é submetido à Direcção-geral do Ambiente, como organismo responsável pela monitorização da qualidade ambiental para o parecer. Este estudo foi apresentado à Direcção-geral do Ambiente, naquela altura avaliou o estudo e emitiu uma licença ambiental, mas condicionou esta emissão a uma serie de aspecto que a Empresa devia cumprir. Sendo que uma delas era a necessidade de acompanhamento mais apertado da parte das autoridades, tendo em conta a fragilidade dos nossos ecossistemas.

Sabemos que esse tipo de intervenção que é feito por esta Empresa, acontece também em alguns países vizinhos aos nossos, normalmente como são países de áreas bastantes extensas, os cuidados ambientais são menos rigorosos. Aqui no nosso caso como oferecemos uma área territorial bastante reduzida, e também um ecossistema bastante rico e frágil, a Direcção-geral do Ambiente aconselhou ao Governo a criar uma Comissão para fazer o acompanhamento da implementação da Empresa.

Esta Comissão foi criada, mas infelizmente devo dizer que temos o hábito de acordamos muito tarde para determinados tipos de acções que são muitos importantes e que têm impactos irreversíveis. Em 2009 quando essa empresa foi criada não houve vozes que se levantassem e que pusessem em causa o projecto, embora nós a Direcção-geral do Ambiente tivéssemos manifestado algumas apreensões. Então, face a esta situação a comissão foi criada, como eu dizia infelizmente não fomos devidamente ouvidos e esta Comissão nem sempre foi suficientemente acarinhadas e apoiadas para realizar os seus trabalhos com maior eficácia.

Entretanto, a Comissão funcionou, fizemos várias visitas no terreno, fizemos várias reuniões com os responsáveis de AGRIPALMA, sempre nesta linha de preocupações em relação ao ambiente. Em cada vez que fazíamos visitas, propúnhamos um conjunto de medidas de mitigação. Porque já não era possível travar o processo, mas era possível tendo em conta a importância do projecto de ponto de vista económico, também para aquele distrito, era preciso fazer acompanhamento e atender-se algumas preocupações de ordem ambiental de modo a fazer um casamento entre as necessidades de desenvolvimento económico e a preservação ambiental.

Essas recomendações foram inscritas nas actas que enviamos aos titulares da pasta de Ambiente, com cópia para o titular da pasta de Agricultura desde 2009. Para as quais chamávamos a atenção da empresa para o

cumprimento de algumas questões que pudessem eventualmente, proporcionar um desenvolvimento do projecto, mas atendo as questões de ordem ambiental. Constatamos que passado esse tempo todo, 2009 e agora já estamos em 2013, a empresa de facto tem feito os cortes, sempre pedimos, como está recomendado no estudo de licença ambiental, pedimos os planos dos cortes previamente, para que pudéssemos analisar. Porque esse tipo de trabalhos que tem implicações ambiental o trabalho tem que ser sempre feito de forma previa, não se pode esperar que se faça depois para se ver.

Nós pedimos esse plano de corte, que a empresa por acaso até forneceu sempre ao presidente da equipa, e fazíamos acompanhamento em função desses planos de corte. Devo dizer que nem tudo que recomendamos foi cumprido a 100% nos planos de corte da empresa, mas de uma forma global podemos dizer que a Empresa seguiu globalmente as recomendações que foram expostas. Entretanto, alguns pontos não foram cumpridos de forma satisfatória.

Poderia haver um cumprimento melhor se também a equipa tivesse maiores meios. Inclusive havíamos sugeridos que Direcção da Floresta se deveria colocar a disposição da Empresa um Engenheiro Florestal, para estar in loco, acompanhar todo o processo de corte e fazer os alertas, as recomendações ao Ministro da tutela, para que antes que as coisas acontecessem poderia ter tomados a medidas apropriadas. Infelizmente, nem sempre isso aconteceu, hoje só tenho a dizer que passados 5 anos, quando ouvimos essas recomendações da sociedade civil, eu particularmente acho completamente extemporâneo, porque agora seria muito pior o efeito. Como costumo dizer: «pior é emenda que o soneto».

Penso que em 2009, quando houve assinatura do contrato, antes de iniciar os cortes, poder-se-ia ter uma outra atitude eventualmente. Para dizer que de forma global, respondendo a pergunta, dizer que a empresa não extravasa as cláusulas do contrato, ela não têm tido acções no interior do Parque Natural Obô, que é zona de preservação integral, segundo a Lei n.º 6/2006. Mas entretanto, há alguns aspectos que no ponto de vista ambiental deve ser seguido de forma mais satisfatória.

Penso que no global podemos até congratular que haja essa actividade dessa empresa numa zona de facto, onde o viver é um desafio, onde há tantos problemas de isolamento e de falta de condições, mas que esta empresa pode se apresentar como uma oportunidade para resolver alguns problemas da população. Entretanto, é bom mantermos sempre em mente essa preocupação ambiental e ver tudo aquilo que é possível se remediar e evitar, tomar explicações atempadamente e não posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Aurélio Rita.

O Sr. **Aurélio Rita** (Director do Parque Natural Obô de São Tomé): — Sr. Presidente, chamo-me Aurélio Rita, sou Director do Parque Natural Obô de São Tomé. Como sabem, existem dois parques, um na ilha do Príncipe e outro na Ilha de São Tomé.

Como sabem São Tomé e Príncipe nos anos 90 concedeu um projecto na área ambiental e foi financiado pela União Europeia, que é o Projecto ECOFAC. Foi um dos projectos que teve grande impacto em São Tomé e Príncipe, no que concerne a criação de áreas protegidas. Como sabem, São Tomé e Príncipe tem um grau de flora e fauna endémica com grande cotação internacional. Então, comunidade internacional vê pelo facto que elas sejam protegidas. Por esta razão que, no quadro das Convenção da Diversidade, que é uma das convenções que São Tomé e Príncipe ratificou.

Então, no quadro dessa convenção todos os países deveriam criar as suas áreas protegidas. Nós como ratificamos a convenção e também fazemos parte da sub-região da África Central, que é uma das regiões que abarca a segunda maior floresta do mundo, depois de Amazónia, com alto grau de flora e fauna, então São Tomé e Príncipe encontra inserido nessas duas organizações.

Para dizer que, Direcção do Parque foi criada através da Lei n.º 6 /2006 e Lei n.º 7/2007 criou a Direcção dos Parques sem São Tomé e Príncipe respectivamente. Essa Direcção é uma Direcção nova, já há dois anos que foi criada, como carece de recursos humanos e financeiros, também grandes condições de fiscalização. Os nossos trabalhos estão mais concentrados na sede, em Bom Sucesso, na instalação do Jardim Botânico.

Temos uma área vasta, como tem as coordenadas e limites, quem vai para visitar o Parque vê que ainda não tivemos oportunidades de limitar, criar marcos que possa definir as áreas do Parque. Isso é uma das tarefas que preocupa a Direcção, talvez estamos de acordo com o nosso plano de manejo, encontrar parcerias no sentido de executarmos essa actividade.

Como já disse aqui vários intervenientes, esse Projecto vem no quadro da assinatura que o Governo teve com a empresa AGRIPALMA em 2009. Também dizer que a sociedade civil tem os seus direitos, o que me incomodou particularmente, como Director do Parque, é que não fomos contactados para dar algumas informações que achamos que seria possível no sentido de orientar essa mesma sociedade. Mas é de louvar essa sociedade civil. Também dizer que esse projecto vem beneficiar, todos nós como são-tomenses, sabemos o que é a zona sul, a carência que existe naquela zona, e sofre bastante.

Para dizer que, tecnicamente, temos determinada espécie de cultura que requer certas técnica de implementação, uma dela é a cultura que se está a implementar lá em cima, a palmeira. É uma cultura que requer abate de algumas árvores, no sentido dela crescer. Se por exemplo, se estivermos a fazer horticultura numa área, não vamos pensar que é uma área de cacau ou cafezal onde requer sombra para o seu cultivo. Portanto, essa é a razão que

visualmente cria um impacto que é uma área destinada que outrora, tinha lá palmeiras, tinha que ser renovada, então tiveram que abater todas essas palmeiras para a renovação.

O que está em causa, é a nova concessão, porque tínhamos a empresa EMOLVE, tinha uma área que cultivava, depois veio a AGRIPALMA, queria mais área e concederam a essas áreas, que não é a área do Parque. A empresa AGRIPALMA tem dois locais que fazem fronteira, que é a localidade de Monte Carmo e Ermelinda.

Qual é o Impacto? Depois do projecto ter implementado a suas actividades, houve uma comissão que se criou, como disse aqui o colega, só que essa comissão passou algumas orientações a empresa de acordo com o estudo de impacto ambiental que foi realizada. Só que por um lado, a empresa não seguiu 100% das recomendações, e a Comissão também não seguiu 100% das suas actividades por outro lado.

Isto porque a Comissão também tinha certas necessidades de deslocação, sabendo que é uma Comissão multissectorial, cada um pertencia outras Direcções e havia a necessidade de coordenar os trabalhos, também não houve condições financeiras para estarem a deslocar constantemente no sentido de aproximar mais a empresa no sentido de fazer uma fiscalização mais cerada.

A partir desse momento, na minha opinião, compactuo aí com a opinião de outros colegas, que a decisão de suspender o projecto não é viável. O projecto já está quase quatro anos na sua implementação. O que temos verificado, é que algumas recomendações estão sendo cumpridas, só que faltava uma maior coordenação. Por exemplo em cima dos morros, houve recomendações que a empresa não deveria abater as árvores. Portanto, atendendo essas considerações eu penso que suspender o projecto, não é compatível com as perspectivas do Governo no sentido de melhorar a vida dessa população do sul do País.

Essa zona na realidade é chuvosa, uma das culturas que adapta melhor é a palmeira, então acho que foi bom implementar esse projecto. Portanto, enquanto o Parque como sabem lá tem uma vegetação similar a vegetação onde está o limite do Parque. Antes do limite do Parque, existe uma área tampão, está no plano de manejo que foi elaborado no quadro do projecto ECOFAC. Essas áreas podem ser cultivadas, de acordo com anseio do Governo, principalmente do Ministério de Agricultura.

Temos uma carta agrícola do país, que define o tipo de Cultura que se possa implementar em determinadas zonas do País. E para aquela zona, uma das culturas é a palmeira, coqueiro, etc.

Eu penso que, se houve erros teremos que corrigi-los tecnicamente. O Ministério de Agricultura, tem técnicos muito capazes de corrigir as falhas que tem estado a acontecer e não suspender os trabalhos que aí se encontra.

Muito Obrigado, talvez eu possa dar mais explicações se for necessário.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, muito obrigado pela vossa intervenção, acho que elas são esclarecedoras e vão na linha daquilo que ouvimos a quando da nossa visita a zona concessionada.

Uma questão que queria que me esclarecessem, estive a estudar os documentos todos, no contrato de concessão artigo 4.ºdiz que: «o projecto inscreve componentes de apoio a diversificação agrícola e pecuária, pela plantação de palmeiras, bem como de outras culturas em colaboração com os pequenos e médios agricultores»

Quando estivemos na AGRIPALMA todo o encontro que tivemos com os trabalhadores, pareceu-me que esta parte do projecto não está a ser tida em consideração ou está a ser, mas de uma forma, digamos, insuficiente. Qual é a relação entre a AGRIPALMA e os pequenos e médios trabalhadores, quando se sabe que uma das críticas que são feitas a AGRIPALMA é que procedem a obstrução das vias públicas mediante a colocação de correntes, impedindo trânsito para as zonas. Mas, gostaria que os senhores me falassem se de facto esta colaboração é efectiva lá na zona sul e como é que ela se processa.

Tem a palavra o Sr. Carlos Pires do Santo.

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Sr. Presidente, primeiro para dizer que estamos a falar de um projecto agrícola e esse projecto obedece a um calendário cultural.

Nesta primeira fase está-se a dar atenção a implantação das palmeiras, isso é prioridade. Temos nesse momento um viveiro com milhares e milhares de plantios que terão que ser transplantadas para um local definitivo. E neste preciso momento confronta-se com um problema muito sério, o projecto não tem áreas preparadas para receber as plantinhas, isto é um problema sério.

Isso cria problema de prejuízo em termos de custos porque a instalação de viveiros tem custo, as plantas, mão-de-obra e a medida que o tempo vai passando e não se tem áreas para se fazer a tal transplantação definitiva isso cria prejuízo sérios no próprio funcionamento do trabalho. Então, tem que se começar a fazer a tal podo nos viveiros.

O Sr. **Presidente**: — Mas, concretamente não se tem área porquê?

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Não se tem áreas porque sabemos que no tempo da chuva, lá é uma zona que chove muito, e as máquinas ao fazerem o trabalho de desmatação, por vezes enterram-se, ficam entaladas e isso tem problemas muito sérios. Isso faz com que não se cumpra o prazo conforme está estabelecido no calendário, por sua vez cria outros problemas, isto por um lado.

Por outro lado, o problema de terra é um problema muito sério que este país tem. As terras foram privatizadas, foram entregues as pessoas, mas por falta de política de acompanhamento, as pessoas estão

descapitalizadas, e as áreas que foram distribuídas pelo Estado encontram-se abandonadas. A maioria das terras concedida pelo Estado encontra-se abandonada.

E se formos falar concretamente das zonas de Ribeira Peixe e Porto Alegre é um caso curioso. Muitas parcelas que lá estão, que neste momento fazem parte da área de concessão, tinham os seus donos. E o que tivemos que fazer?

Fizemos um inventário de cada parcela, saber o que lá está e em compensação dar-se um estímulo financeiro as pessoas.

Por exemplo, vamos para uma lavra e vemos lá cana-de-açúcar, mandioca, culturas de subsistência. Fazemos um inventário, avaliamos financeiramente e atribuímos um valor, valor simbólico, naturalmente. Para, no fundo, compensar o esforço despendido pela pessoa que lá está.

Já no caso de Porto Alegre, a grande parte das parcelas estão todas abandonadas. O quê que lá tem?

Tem aquilo que constatamos nos nossos trabalhos. Basicamente são áreas com palmeiras, coqueiros, figos, izaquenteiro, pau-caixão, pau-branco, enfim. São essas culturas que lá estão e essas áreas naturalmente que as pessoas resistem, não querem dar as áreas. E a não darem as áreas cria um clima de animosidade entre a empresa e o indivíduo que lá está.

Isto é um problema que temos vindo a confrontar durante muito tempo e que não abona a favor da empresa, ou seja, cria-se um clima psicologicamente desfavorável para o desenvolvimento dos trabalhos.

Mas, temos estado neste momento conjuntamente com o Ministério de Plano e Finanças, através de informações que demos nesta primeira fase, porque o Estado não tem dinheiro, vamos avançar algum valor e as pessoas em termo de compensação financeira, e quando a empresa começar a realizar a produção vai-se deduzir dos lucros que a empresa possa vir a obter.

Por outro lado, estamos a falar de culturas alimentares. Aquilo é um projecto integrado numa perspectiva a médio prazo. Nesta primeira fase, estamos a priorizar as palmeiras, depois passaremos para outra fase, temos também a componente social que no fundo abarca creches, casas dos trabalhadores, escolas, água potável, electrificação, tudo isso está previsto no quadro do projecto.

Só para dizer que neste momento as pessoas durante muito tempo viveram naquela zona sem energia, hoje já tem energia durante a semana. Há crianças que saem da Ribeira Peixe volta a S. João dos Angolares, muito até iam a pé, saiam as 3 horas da madrugada e só chegavam a S. João Angolares as 10 horas da manhã e neste momento o camião da empresa é que transporta as crianças para a escola.

Há muitas pessoas que vivem na Ribeira Peixe, porque não trabalham lá na empresa vê-se obrigada a deslocar-se até Ribeira Afonso para buscar trabalhador para trabalharem em Ribeira Peixe. Isso parecendo que não, são custos adicionais que podem até inviabilizar o projecto, mas no entanto é um esforço que a empresa tem estado a fazer.

Nesse momento temos estado a fixar, só para ter-se uma ideia do que estamos a falar em termo de número, a empresa emprega cerca de 800 trabalhadores, depois da fábrica estar instalada para cima de 1000 trabalhadores vão estar lá empregados. Portanto, são coisas muito sérias que estamos a falar e depois tem que se falar dos benefícios que isso irá trazer para os cofres do Estado.

Dentro de oito anos estamos a falar de uma média de 15 milhões de euros que vão entrar no cofre do Estado, sem falar dos 1000 postos de empregos directos que aquela empresa vai gerar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. José Alice.

O Sr. **Membro da Equipa Técnica de Prospecção dos Trabalhos da AGRIPALMA**: — Sr. Presidente, mesmo em relação a essa questão respondemos a nossa parte. Propunha que essa pergunta deva ser feita aos senhores da AGRIPALMA quando aqui estiverem, talvez darão parte da resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Carlos Pires do Santo.

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — No artigo 7.º, salvo erro, do contrato de concessão e voltamos para a questão ligada ao ambiente.

Protecção do ambiente, artigo 7.º do contrato de concessão. No ponto 1 diz:

«A concessionária deverá exercer a sua actividade de forma a garantir a protecção dos ambientes, dos ecossistemas em geral, combater a erosão do solo, evitar o uso de pesticida considerados perigosos, proceder a adubação racional e repor regularmente os nutrientes e componentes do solo, e, de uma maneira geral, garantir uma gestão participativa da protecção do ambiente em estreita cooperação com as instâncias governamentais competentes».

Tudo isso está sendo feito na íntegra, ou seja, naquela empresa não se utiliza produtos agro-químicos, pesticidas, insecticidas, o único produto que se emprega ali é o hermicida que no fundo tem um efeito benéfico para o solo.

O Sr. **Presidente**: — Mas, diz que isso deve ser feito em estreita cooperação com as instâncias governamentais competentes. Isto está sendo feito?

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Está sendo feito.

O Sr. **Presidente**: — Com as autarquias locais e…

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Há uma puerária, é uma leguminosa que a gente vê colada ao terreno um manto verde alface. Isso é chamado puerária. Aquilo é um tipo de capim, porque lá é uma zona que chove muito, abafa o crescimento do capim natural e por outro lado enriquece o terreno em azoto.

Portanto, não há problema nenhum, tudo é feito de uma forma natural, é falso, aquilo que se diz que naquela empresa está-se a utilizar produtos químicos, é falta de conhecimento da realidade que está a passar na empresa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabamos de ouvir os técnicos do Ministério da Agricultura ligados ao processo de AGRIPALMA de maneira que passo a palavra para aqueles que quiserem intervir a respeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Deputados, Srs. Técnicos do Ministério da Agricultura, muito bom dia.

Esta sessão como a outra é basicamente de auscultação, ouvir as partes para posteriormente e em fórum próprio emitirmos a nossa opinião. Não é ela feita de constatação da nossa parte e até questionamos.

Escutei com atenção as intervenções dos diferentes intervenientes, já tivemos a oportunidade no terreno de sermos brindados com grande parte dessas intervenções. Mas, no entretanto há algo que gostaria ainda de obter alguns esclarecimentos no que se toca ao limite da zona do Parque Obô e a zona tampão.

Ficou claro pelas intervenções que em momento nenhum a empresa AGRIPALMA no seu processo de desmatamento entrou no Parque Obô. Não entrou, mas foi ao limite, talvez entendesse que essa desmatação não poderia ir até o limite do parque, mas conservando consideravelmente uma pequena área porque se foi ao limite, directa ou indirectamente haverá posteriormente entradas em partes periférica do Parque Obô, ou seja, gostaria de saber se foi preservado pelo menos um espaço de 20, 30,40,50,100 ou 200 metros da parte para permitir que posteriormente com o processo de plantio de palmeira possa haver intervenção humana directa ou indirectamente na zona do Parque Obô. Gostaria de obter essa explicação.

Falamos na nossa visita, merecemos explicação lá aquando dessa visita, mas não ouvi aqui falar, em grande parte estão a derrubar todo tipo de árvores, quer seja ela da primeira, da segunda, da terceira e só um pouco na fase final que houve intervenção do Ministério da Agricultura para permitir que algumas árvores centenárias pudessem coabitar com a espécie de palmeiral aqui instalado.

Há necessidade de falarmos isso para registarmos. Claro, ficou aí patente e foi muito bem referenciado o acompanhamento por parte do Ministério da Agricultura, tomamos boa nota disso, acho que fará parte do nosso relatório e constatamos que um dos maiores problemas é questão do acompanhamento. Daí a necessidade de estar bem registado para constar do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Técnicos, bom dia.

Antes de entrar na questão gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Director-geral da Agricultura. Na era colonial, qual era a extensão da área de plantação de palmeiral na zona sul? Gostaria de ter essa resposta antes de continuar.

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Do limite do Parque Obô a zona tampão. Dissemos que em nenhum momento entramos na área do Parque Obô, isso tem que está bem claro.

Gostaria de dizer que os dois pontos mais próximos do Parque Obô são Monte Carmo e Zona de Ermilinda e nestes dois pontos eu pessoalmente estive lá mais uma equipa formada por estes senhores e constatamos que esta área está além. Há uma demarcação visível onde começa e acaba o palmeiral e a zona do parque obô.

O Sr. **Presidente**: — A que distância mais ou menos?

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Entre 100 a 200 metros, por aí. A zona de Ermilinda tem um poucochinho mais. Há uma árvore que está referenciada ao pé de uma casa em ruína e a zona onde acaba a palmeira há uma distância razoável, não há perigo nenhum.

Quando se fala que todos os tipos de árvores estão sendo derrubadas, esta a referir a uma plantação industrial, isto não é uma plantação de subsistência. Por isso que dizemos que o projecto é estruturante. Estamos a desbravar a área para em substituição meter outro tipo de cultura, uma cultura que no fundo traz benefícios. Não estamos a cortar por cortar, estamos a cortar para em troca receber outros benefícios.

É bom que se diga também que aquilo é uma zona que se regenera muito rapidamente, corte-se hoje e meses depois aquilo está outra vez em floresta. O que temos que fazer agora e aqui foi constatado é fazer um trabalho de seguimento e de acompanhamento mais de perto, de uma forma mais sistemática e mais responsável, parece que é ali que falhamos. E temos que dar mão a palmatória e dizer que de facto falhou-se nesse acompanhamento, por isso detectamos alguns erros, mesmo nas bermas das estradas.

É o indivíduo que está a fazer o derrube dos coqueiros e ele quase que pisou aquela nascente e teve aquele problema, nos morros, houve madeiras nos cumes que foram cartadas, isso porque própria a empresa AGRIPALMA não fez o seguimento devido, enfim. Existem erros, mas são erros que podem ser corrigidos.

Por siso, criamos uma equipa permanente para estar lá a tempo inteiro na empresa AGRIPALMA para seguir este processo. Haverá um engenheiro e um guarda-florestal, são dois elementos que vão lá estar enquanto decorre o processo de desmatação terão que viver lá. Ao mesmo tempo com a nossa delegação regional da zona sul sedeada na Cidade de Angolares haverá também um técnico na área florestal que vai em sincronia com a equipa que lá está fazer o seguimento.

Teremos que ao mesmo tempo fazer o seguimento e também fazer um repovoamento florestal através das espécies arbóreas no caso de acácias, amoreiras, gógós, estamos a repovoar as áreas que foram distribuídas e caberá a vez a AGRIPALMA. Nessa zona iremos replantar as espécies arbóreas nessas zonas. Acho que esta questão em certa medida está preservada.

No período colonial a zona de palmar em Ribeira Peixe em palmeira tínhamos 160 hectares e em Porto Alegre tínhamos 443 hectares, ou seja, estamos a falar de mil e tal hectares de palmar que naquela altura existia. Depois daquela altura até hoje essas áreas foram abandonadas e neste momento é o que lá temos. São aqueles coqueiros, aquelas palmeiras envelhecidas que no fundo não têm qualquer tipo de utilidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Quando cheguei o Sr. Coordenador-geral já estava quase no fim da sua intervenção, mas quero dizer ao Sr. Coordenador-geral que esses dados estatísticos que fez referência; de produção, de exportação e outros, julgo que não faz, para nós, nenhum sentido em relação àquilo que é a questão em causa. Constitucionalmente temos que garantir a harmonia entre o ambiente e a natureza, esta que é a questão fundamental.

Todo o resto também precisa-se, mas é necessário que haja essa harmonia e é constitucional, não pode haver mais nenhuma lei que possa sobrepor a nossa Constituição e é por causa disso que a sociedade civil interferiu, porque achou que não há essa harmonia.

A forma como o Sr. Coordenador-geral está a defender até parece que não está a intervir enquanto tal, estou um pouco confuso, mas entretanto passou-nos aqui informações muito precisas, que vai nos ajudar bastante na análise daquilo que será as recomendações da 4.ª Comissão.

Ficou claro e estivemos lá, pudemos constatar que houve erros e erros graves e esses erros só tiveram lugar porque a AGRIPALMA se calhar entende que o Sr. Coordenador da Agricultura é muito amigo da empresa. Para além da falta de fiscalização acho que há uma relação muito próxima do Sr. Coordenador-geral com a AGRIPALMA. O Estado não tem meios, mas o Estado não pode permitir que por não ter meios as pessoas abusem do Estado. AGRIPALAMA falhou, deve sofrer com as consequências.

Estamos a falar em cerca de 3000 hectares para AGRIPALMA e anteriormente era cerca de 1000, o efeito da devastação em relação a 1000 é muito notável. Se na era colonial em que São Tomé e Príncipe ainda era um país virgem certamente sofreu efeito, hoje que o país está com um efeito ambiental mais agressivo, certamente que 3000 hectares vai afectar-nos mais.

Por isso que essa devastação não pode ser feita de qualquer maneira Sr. Coordenador, tem que haver acompanhamento, não podemos deixar as coisas andar, nós que temos que fazer andar e se o Ministério não tinha condições de lá estar eles não podiam continuar. Não há meio rolante, mas há telefone, há fiscais no terreno, a zona sul do país não está desabitada, tem estruturas do Estado. Há lá uma Câmara Distrital, devia-se acompanhar.

Não podemos dizer agora que houve erro sim e reconhecemos erros, não. Não temos que reconhecer o erro, temos que penalizar aqueles que cometeram o erro porque pode pôr em causa todos os são-tomenses, a nossa sobrevivência.

Não estamos a defender que se deve parar ou acabar com o projecto, estamos a defender a nossa sobrevivência, é uma questão nobre, é nossa. Porque amanhã quando os efeitos nefasto dessa desflorestação surgirem todos sofreremos, se calhar os mais altos dirigentes da AGRIPALMA já não estarão em São Tomé e Príncipe e a empresa não tem grandes interesses em querer proteger o ambiente, ela quer as terras para fazer as suas plantações e tirar o seu lucro.

Esta é a questão fundamental, não estamos aqui a dizer que a empresa entrou no Parque Obô, mas estamos a defender que os técnicos devem proteger o parque para não ser afectado com essa desflorestação. Vimos que a zona tampão do parque não foi protegida, isso tem efeitos. Vimos que a zona do Parque Obô está vulnerável, sabemos que o nosso país é pobre e com essa vulnerabilidade as pessoas

vão entrar no Parque Obô com uma facilidade tremenda e não temos capacidade de fiscalização, a estrutura está na capital.

É necessário que por parte da Direcção e do Sr. Coordenador-geral haja uma outra atitude. Ninguém quer que o projecto pare, sabemos os benefícios, mas também estamos consciente das desvantagens e devemos baixar o nível da desvantagem até o mínimo. É esta a questão em causa, acho que a sociedade civil está a fazer um papel fundamental que é alertar, que é parar para corrigir e depois avançar. Não podemos estar de costas viradas nessa questão, temos que estar todos juntos para conseguirmos alcançar o melhor caminho.

Fomos lá e vimos, constatamos os erros, algumas violações de ponto de vista laboral que a própria AGRIPLAMA comete, escutamos as pessoas. Não podemos deixar andar, temos que corrigir, temos dificuldade sim, as estruturas são débeis, mas temos que fazer um esforço enorme para podermos virar a situação.

Estamos perante um contrato que tem vícios e é exactamente por causa desse vícios que hoje estamos aqui porque se o contrato fosse melhor do que este todas essas situações estariam salvaguardadas. É um contrato que nem sequer tem o visto do Tribunal de Contas e a execução dele já está a nos causar problemas, como é que vamos resolver?

É necessário ponderarmos bastante sobre isso. Estamos de acordo que o projecto continue, que as pessoas tenham os seus postos de trabalho, mas também estamos de acordo que o ambiente não pode ser tocado de qualquer forma e estar a sua sorte. Temos conhecimentos e somos pessoas intelectuais e assistimos nos outros países as consequências do mau relacionamento entre o homem e a natureza, quando a natureza começa a agir é grave e não teremos como salvaguardarmos.

É necessário que se pense um pouco mais e de forma profunda para podemos ultrapassar, mas sempre em harmonia entre o ambiente e a natureza porque o que me ficou patente é que a AGRIPALMA quer realmente desflorestar a qualquer maneira.

Na última zona onde ficamos, inclusive estávamos lá a conversar, a desflorestação já não é igual a que se tinha feita nas outras zonas, já se salvaguardou algumas árvores de grande porte de valor comercial, teve-se um cuidado maior com essa questão. Justamente porque a sociedade civil começou a alertar. Estamos a falar em cerca de 3000 hectares que vão ser arrasados.

Não podemos comparar a época colonial com a época actual e para isso é necessário que, não só, se tome essas medidas, mas também que se tome medida no sentido de oficializar o contrato. O contrato não tem visto do Tribunal de Contas, isso é um bocado preocupante. Mas, entretanto peço ao Sr. Coordenador como técnico conhecedor da matéria para continuar a trabalhar e também aproximar a sociedade civil.

Parece-me que há um conflito entre o Ministério da Agricultura, AGRIPALMA e a sociedade civil. Essas pessoas não estão a se encaixar no sentido de encontrar uma solução e acho que por causa disso a sociedade civil entrepôs uma queixa. Tudo isso poderia ser evitado, mas o que me preocupa bastante mesmo é quais serão os próximos passos. Será que essas zonas vão ser arrasadas como as outras ou haverá uma moderação?

A zona do Parque Obô, as espécies, não ouvi o Sr. Director do Parque Obô falar muito sobre essa protecção, sobre as consequências que as espécies endémicas irão sofrer. Ouvimos quando estávamos no terreno e ficamos muito sensíveis porque já temos uma apreciação de que algumas espécies irão desaparecer, vão emigrar para outras zonas e não vão adaptar, isto é um risco grande.

Não vou alongar muito porque temos pouco tempo, Sr. Presidente se calhar já quer me tirar a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Não, não sei se o senhor se alongou muito ou não. O senhor é que sabe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, fiquei um pouco comprometido. A primeira parte da minha intervenção fiz entender que o nosso papel cá é de auscultação e se calhar questionar para esclarecer dúvidas. Acredito que nessa parte o Sr. Deputado Carlos Pinheiro passou por uma fase de grande constatação, talvez eu compreenda a sua emoção, mas no entretanto extravasou um pouco o nosso verdadeiro papel nessa matéria, mas de qualquer forma compreendemos.

Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro colocou uma questão que queria colocar, era essa a base da minha segunda intervenção. Porque se falou realmente muito pouco em questões de protecção das espécies endémicas. Directa ou indirectamente elas terão que sofrer um processo de emigração, sabemos que essa emigração é um pouco complexa para determinado tipos de espécies.

Uma coisa é viver na zona tampão e adaptar nessa zona outra coisa é ter que se adaptar na zona do Parque Obô onde talvez a competição poderá ser maior, mas no entretanto gostaria de ter maior consideração da parte dos senhores técnicos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, tomo palavra simplesmente para tecer algumas considerações. Tive a oportunidade de ouvir a sociedade civil também não me revejo muito com ela porque acho que lá carece de capacidade técnica para falar de uma matéria dessa envergadura.

Também não quero ir a favor nem contra os técnicos do Ministério da Agricultura, mas quero pedir ao Sr. Coordenador-geral que de acordo que a Comissão estivesse mais perto daquilo que é hoje a situação lá de forma que pudéssemos travar os males que poderão vir a ser piores.

Sabemos, ouvimos aqui o senhor dizer que o projecto realmente já tem quatro anos e sei que para o Estado são-tomense travar um projecto dessa envergadura teria custos tão grandes que não vale a pena falar. Porque questões pequenas o Estado tem dificuldade de pagar por ter perdido causa A, B, C, D, portanto acho que temos que nos empenhar e ver como salvar aquilo que já está feito, salvar a natureza, estabelecer a tal harmonia entre a natureza e o ambiente que dizia o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para que nos futuro não tenhamos problemas ambientais na zona sul.

Segundo alguns colegas que estiveram lá a população queixa que se está a desbravar tudo, mas é preciso explica-las. Como dizia o senhor estão a tirar isso para pôr outro, mas tirar para pôr verdade, não é tirar e não pôr. Porque se vamos tirar uma área de 3000 hectares na zona sul e não arranjarmos outra forma de compensar isso podemos vir a ter alguns problemas.

Que o Sr. Coordenador-geral encontrasse uma forma mais coesa e constante de ter essa Comissão no terreno para acompanhamento. Isso poderá ajudar salvar muito que não salvamos há quatro anos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ouvimos os técnicos, ouvimos os Srs. Deputados, penso que estamos todos no mesmo sentido.

Quando chegamos em Ribeira Peixe houve um técnico que me chamou de parte e alertou para tenção que havia porque dizia-se que os deputados iam lá para acabar com o projecto. Vimos a tensão espelhada no rosto das pessoas, tanto é que a primeira pessoa a falar depois de eu ter exposto as razões da nossa ida, disse que o Sr. Bragança tirou-me qualquer coisa no peito que estava a me incomodar. Porque ele estava convencido que de facto a ida era para acabar com o projecto.

Estamos no mesmo sentido porque nenhum de nós e eu disse publicamente, a ideia não é acabar com o projecto, é corrigir, é o casamento, como disse o Sr. Coordenador-geral, entre as necessidades económicas e a protecção do ambiente. Isso tem que ser feito, tendo em vista que as consequências que foram aqui ditas pelos Srs. Deputados, são imprevisíveis, se deixarmos prosseguir essas questões poderemos ter consequências funestas como se disse aqui.

Penso que temos que corrigir e temos que pensar que as correcções terão que ser seguidas. Se tivermos o mesmo posicionamento que temos em relação a muita coisa, fazemos diagnósticos, elaboramos uma série de documentos, mas na hora da implementação e na hora da fiscalização somos muitos débeis. E nessa matéria temos que ser muitos preciso, persistentes e regulares.

Tem a palavra o Sr. Carlos Pires do Santo.

O Sr. **Coordenador-geral da Agricultura e Pescas**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado não extravasou pouco, extravasou muito. Para dizer que sou filho de gente honesta, muito sérios os meus pais, não tenho cara de criminoso, para quem me conhece, há 35 anos que venho trabalhando no Ministério da Agricultura com mesma verticalidade e com a mesma forma de estar e atitude. Portanto, por este lado nem trilhemos este caminho que por aí de mim o senhor não vai agarrar coisa nenhuma. Este é o primeiro ponto que gostaria de falar de forma muito clara.

Outra questão, estamos a falar de agricultura, a agricultura é uma ciência agrária. Não estejamos a falar de política pura, estamos a falar de coisa concreta.

Isso tem que ficar muito bem claro para os Srs. Deputados que não se faz agricultura neste país, digo-lhe isso de uma forma muito honesta e séria. Aqui faz-se agricultura de subsistência, uma agricultura doméstica. Por este caminho não vamos a lado nenhum.

Disse na minha introdução que estamos a produzir 2000 toneladas de cacau. O senhor sabe quanto que isso equivale em termo daquilo que importa neste país anualmente? O senhor sabe quantos litros de óleo alimentar se importa para este país?

Temos que ter ideia desses números, não podemos estar aí a dizer coisas que não correspondem a realidade. E mais, para dizer que eu represento o Estado de São Tomé e Príncipe neste negócio, a sociedade AGRIPALMA é um negócio, onde São Tomé tem uma parte e o outro parceiro tem outra parte. Temos que ter a noção muito exacta disso.

Há um conselho de gerência do qual faço parte, ou seja, eu represento o Governo de São Tomé e Príncipe nesse conselho de gerência e tenho por obrigação defender os interesses do Estado de São Tomé e Príncipe. Eu mostro a cara aos Srs. Deputados e lá fora, em tudo quanto é canto em São Tomé e Príncipe, estou cá para representar os interesses do Estado e ponto final.

O senhor deve ter seguido o tal programa de Carlos Menezes e deve ter reparado que a uma certa altura eu parei porque estava a ver que aquela conversa não ia dar em coisa nenhuma. Eu tinha e tenho informações para desvirtuar um pouco aquele programa, mas tive que me conter, não falei mais.

Eu posso dizer coisas muito concretas a este respeito, há um pano de fundo no meio disso tudo, há muitas motivações que pessoalmente não me interessa, mas uma coisa me motiva enquanto Coordenador-geral do Ministério da Agricultura é defender os interesses do governo, essa é uma questão que deve ser muito bem clara.

O senhor fez mal a pergunta. Perguntou quantos hectares de palmares, dei-lhe a resposta. O senhor se tivesse-me dito, quantas áreas cultivadas no período colonial ter-lhe-ia dito. Neste momento temos cerca de 6188 hectares, se quiser posso dar-lhe esses dados. Dados estatísticos das empresas estatais; Ribeira Peixe e Porto Alegre.

Naquela altura tínhamos uma área de 6188 hectares se falar só de cacauzal, sem falar de bananeiras. Desses 6188 vamos reabilitar 3000 hectares, acho que é razoável. Não estamos a falar de floresta virgem, estamos a falar de floresta secundária. É uma área que o homem já exerceu a sua influência naquela zona, mas porque esteve muito tempo abandonado a floresta fechou com as árvores.

Estamos num país que por mais pequeno que seja é muito rico na biodiversidade na fauna e flora, por ser pequenino é o que disse o Dr. Bonfim, o ecossistema é muito frágil, temos que ter cuidado a mexer com a natureza.

Se eu quiser desenvolver a agricultura tenho que preservar o ambiente, meu amigo. Sou agrónomo, tenho esse conceito básico, por isso existe um estudo do impacto ambiental, antes de se começar a fazer esse projecto tem que fazer o estudo do impacto ambiental para mitigar os efeitos negativos dos cortes que está-se a fazer. Já sabíamos antes de fazer o corte, o que temos que fazer e foi reconhecido aqui e nós reconhecemos é que não houve um trabalho completo em matéria de seguimento aos trabalhos de desmatação que tem sido feita, reconhecemos isso.

É bom que a sociedade civil esteja organizada, aliás o papel da sociedade civil é precisamente para isso, não estamos de costa virada, só estamos de costas virada pela forma de procedimento. Porquê?

Existe um Ministério de Agricultura que tem a responsabilidade de traçar a política agrícola do País, ponto final. Não são os estrangeiros que nos vêm dizer o que temos que fazer aqui, não são os assessores estrangeiros. Eu também tenho muitos assessores. Em 35 anos o senhor faz ideia de quanto assessor estrangeiro já tive? O quê que me disseram para resolver o problema de Caué nos 35 anos? Zero a esquerda.

Entretanto, começamos a desbravar aquela zona para tirar as pessoas da miséria que estão lá, por isso defendo aquele projecto. É um projecto estruturante, digo a senhor e a quem quiser e desafio os conselheiros do grupo dos cidadãos, que venham para o meu gabinete e discutamos de forma clara e técnica.

Os 3000 hectares que estamos a abrir são de uma área de 6000 no passado. Estamos a falar de uma plantação industrial, temos que desbravar, são opções. Mas, o Governo podia dizer não, vamos manter a nossa floresta. Eu levanto uma questão?

Se vamos manter a nossa floresta, como é que vamos resolver o problema das pessoas que vivem nessas zonas?

Será que as pessoas que estão lá fora lhes vêm dar de comer, de beber? Bom, são opções.

A tal questão do tal projecto da venda do *stock* carbono, podemos enveredar por aí, é uma opção. Tudo quanto sei temos aqui duas alternativas. Por um lado temos que alargar a base produtiva de exportação, temos que exportar mais, temos que diversificar a nossa exportação, não podemos estar dependente do cacau, tem que se fazer café.

O senhor sabe que fizemos um projecto com os líbios em Monte Café, começou bem, houve lá investimentos. Devido os problemas que existem na Líbia o projecto está parado, há mais de dois anos e aquela área está sendo vandalizada. Muito dinheiro já foi investido lá, nesse momento nós os são-tomenses estamos a vandalizar aquela área, isso é uma coisa que tem que ser dita.

Temos que recuperar os níveis de produção de cacau, estamos em 2000 toneladas. O projecto SATOCAO diz que nos próximos 6 anos vamos ter 6000 toneladas de cacau. Eu acho que esse é um projecto estruturante. Mas, o que estamos a falar afinal de conta?

Vamos diversificar a exportação na base de quê? Temos que mexer com o ambiente. Se me disser, temos que mexer com o ambiente de uma forma regrada, respeitando escrupulosamente os princípios exigidos na legislação ambiental, se temos que mexer com o ambiente temos que mexer.

Não podemos deixar as áreas que foram distribuídas pelos são-tomenses como estão, aí sim, por aí não vamos ao lado nenhum. E não podemos dar ao luxo de deixar as áreas abandonadas como estão. Já é hora de se começar a reagir e os Srs. Deputados, decisores deste país, começar a tomar medidas para se pôr cobro a muitas irregularidades que temos estado a viver nesse país. Diariamente faz-se crimes ambientais nesse país. Sabe porquê que digo isso?

O senhor vai para a zona de Agostinho Neto, exemplo, Boa Entrada, Bombaim, são áreas que se fez derrube massivo, em grandes quantidades, cortou-se árvores centenárias de uma forma massiva, onde é que estava esse grupo?

Diz-se antes tarde que nunca, ok. Mas, a quanto anos temos estado a desbravar áreas que outrora eram cultivadas? A quanto tempo que se começou com o processo de distribuição de terras? Quase 20 anos, está-se a derrubar árvores neste país, isso não é crime?

São coisas muito sérias que estamos aqui a discutir, é preciso muito calma para essas coisas serem discutidas.

O senhor falou de erros graves, da minha amizade com os indivíduos da AGRIPALMA. Qual é o problema? O quê que tem a ver a amizade que o Pascoal tem com o que estamos aqui a discutir? O quê que uma coisa tem a ver com a outra?

Aqui não percebi muito bem. Os erros que põem em causa toda a nossa sobrevivência. O que estamos a fazer na AGRIPALMA, na SATOCAO, esses projectos que mexem com a região, no fundo estamos a fazer a luta contra a pobreza no meio rural meus senhores, é isto pura e simplesmente.

Os problemas laborais. Numa empresa com 800 pessoas seria anormal não haver problemas laborais. Eu pessoalmente já fui chamado várias vezes lá para a Empresa AGRIPALMA para ajudar a resolver os problemas laborais, porque eu represento o Estado. Isso é um negócio onde estou metido, tenho que lá ir.

Vou-lhe dar um exemplo concreto do que se passou. Os materiais acabaram de chegar, estavam no porto e a direcção da empresa faz um contrato de preço de tarefa com um grupo de indivíduos que iam fazer levantamento dos materiais no porto, cais.

Estava tudo decidido, estabelecido e o grupo fez levantamento, pôs-se no camião, quando o camião chega na Ribeira Peixe o mesmo grupo diz que não tiram os equipamentos que lá estavam nos contentores porque querem alterar o preço inicialmente estabelecido.

É verdade que o camião lá estava durante dois dias e durante os dois dias estava a empresa ali a …, onde é que estamos?

Fui chamado e fui lá, tive conversa com as pessoas, as pessoas implicadas não queriam que fizéssemos a substituição por outro grupo e tivemos que tomar medidas e resolveu-se o problema. Pergunto, será que estou a fazer o papel de juiz e arbitro a mesmo tempo? Qual é o meu papel no meio negócio?

É defender os interesses do Estado, estou lá para ajudar a resolver os problemas, faço parte da administração do projecto. Isso são coisas que é bom termos a noção exacta do que estamos a dizer.

Concernente ao visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas até este momento disse-nos que temos problemas ambientais naquela empresa. Em nenhum momento fomos visados, chamados ou rotulados de termos cometido crime ambiental naquela zona.

O visto. O senhor deve saber que o problema do visto só acabará após a conclusão do processo da Sundy. Enquanto esse problema da Sundy não estiver devidamente resolvido não se pode acabar com esse processo. Temos que acrescentar a adenda do contrato as alterações que vierem a ser feitas. Só depois desse reajuste feito é que o Tribunal de Contas poderá pôr o visto, antes disso não pode ser.

Neste momento está em cima da mesa uma montanha de dinheiro, já foi investido naquela zona muito dinheiro, estamos a procura de área para meter as palmeiras novinhas num local definitivo e não temos espaço. Está-se a perder dinheiro com os possíveis prejuízos acrescido que toda essa situação poderá nos acarretar, nós são-tomenses, nós Governo, nós o nosso parceiro. São aspectos que eu gostaria de dizer aqui.

Quanto a questão ligada a protecção da espécie endémicas os outros senhores poderão dizer isso com mais propriedade do que eu.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, marcamos para as 11 horas ouvir a administração da AGRIPALMA e neste momento faltam 10 minutos para as 12 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, é só para dizer o Sr. Coordenador-geral que não pus em causa a sua honestidade.

Estamos aqui a fazer política e se calhar trilhamos caminhos diferentes. O senhor é capitalista e eu sou conservador. O senhor quer a produção, se calhar o pode arrasar isso de norte a sul porque quer produzir, o país precisa de produção, não é assim.

Vamos produzir tendo em conta outros interesses. Se o senhor debruça sobre a capacidade de produção porque o país não exporta, o país tem que produzir, não é assim que temos que fazer.

Temos que produzir, mas salvaguardando outros interesses porque não é só a produção que é importante. Não é pela produção de óleo de palma que São Tomé e Príncipe vai sair da pobreza. Tenho a certeza que não vamos erradicar a pobreza com o projecto AGRIPALMA somente. Não nos venha dizer agora que essa atitude vai nos levar a erradicar a pobreza, o que estou a defender é que se deve fazer a desflorestação, mas com cuidado. Estamos aqui a defender a conservação, a boa forma de fazer a desflorestação.

Não lhe apontei dedo, não disse que o senhor …

O Sr. **Coordenador geral da Agricultura e Pescas**: — O senhor insinuou.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — … ademais enquanto advogado do Estado na AGRIPALMA se calhar temos um bom advogado.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, chegamos ao fim, agradeço mais uma vez a presença dos senhores, a forma como intervieram nesta audição parlamentar e dizer-vos que contamos sempre convosco para os esclarecimentos que se tornarem necessários no âmbito deste projecto.

Continuação de bom dia a todos e dizer também que a vossa presença no projecto e a determinação que tiverem no acompanhamento do projecto são peças muito valiosas para o seu bom andamento.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 50 minutos.